



XI JINPING

A GOVERNANÇA DA CHINA

III

Fornecer as “duas garantias e três acessos”*

(16 de abril de 2019)

Devemos garantir que até 2020 a população rural pobre não se preocupe com alimentação e vestuário e tenha acesso ao ensino obrigatório, serviços médicos básicos e habitação segura. Isso constitui o requisito fundamental e o indicador crítico da erradicação da pobreza, relacionando-se diretamente com a qualidade da batalha final contra a pobreza. De forma geral, os problemas sobre a alimentação e o vestuário como duas garantias têm sido resolvidos basicamente, mas existem ainda alguns elos fracos para garantir os três acessos: acesso ao ensino obrigatório, serviços médicos básicos e habitação segura.

Quanto ao acesso à educação obrigatória, mais de 600 mil crianças em idade escolar abandonaram o estudo em todo o país. A construção de internatos em vilas e comarcas é fraca, e parte das “crianças deixadas para trás” cujos pais trabalham em cidades estão com dificuldade de ir à escola.

Quanto ao acesso aos serviços médicos básicos, ainda existe uma parte da população pobre que não está coberta pelo sistema de seguro médico básico e que não tem acesso ao tratamento oportuno em caso de doenças comuns e crônicas. Distritos, comarcas e aldeias pobres carecem de instalações médicas adequadas, e algumas aldeias sequer têm clínicas ou médicos qualificados.

Quanto à segurança habitacional, o número de famílias-alvo prioritárias, classificadas em quatro tipos¹, para a reforma de casas degradadas chega a aproximadamente 1,6 milhão em todo o país, das quais cerca de 800 mil são famílias cadastradas como pobres. Em algumas

* Parte das observações feitas em um simpósio sobre problemas destacados relacionados às “duas garantias e três acessos”.

localidades, não se realiza a avaliação sobre as casas degradadas ou os resultados da avaliação são inexatos.

Quanto à segurança no uso da água, ainda existem cerca de 1,04 milhão de pessoas pobres sem acesso à água potável, e a infraestrutura que garante a segurança da água potável para mais de 60 milhões de habitantes rurais precisa ser melhorada.

Caso esses problemas não forem resolvidos até 2020, prejudicarão a qualidade da batalha final contra a pobreza.

As autoridades locais e os departamentos centrais devem prestar grande atenção a esses problemas, construir consensos e se empenhar na sua solução. Para resolver os problemas relevantes de garantia dos “três acessos”, devemos aderir ao mecanismo de trabalho em que a liderança central é responsável pelo planejamento e a coordenação geral, os governos a nível provincial assumem o comando geral do trabalho e os governos de prefeituras e distritos executam as tarefas. O Grupo Dirigente de Alívio da Pobreza e Desenvolvimento do Conselho de Estado deve reforçar a coordenação, o monitoramento e a orientação, agilizando o andamento do trabalho oportunamente. O Ministério da Educação, o Ministério da Habitação e do Desenvolvimento Urbano e Rural, o Ministério dos Recursos Hídricos, a Comissão Nacional de Saúde e a Administração Estatal de Seguros Médicos fazem parte do Grupo Dirigente de Alívio da Pobreza e Desenvolvimento e também são autoridades competentes responsáveis pela garantia dos “três acessos”. Os camaradas com a responsabilidade principal devem promover o trabalho pessoalmente, enquanto os camaradas encarregados das tarefas específicas devem focar na implementação concreta das políticas. É necessário definir, conforme as próprias funções, os critérios de trabalho e as políticas de suporte, orientando os governos locais a identificar e resolver os problemas. As autoridades das províncias, regiões autônomas e municípios diretamente subordinados ao governo central devem organizar as entidades de base a realizar o trabalho de verificação, conhecer claramente a situação geral, coordenar e organizar os recursos, elaborar planos concernentes e adotar as medidas direcionadas. As autoridades a nível

de prefeitura e distrito são responsáveis pela aplicação desses planos e medidas, verificando se as tarefas são efetivamente cumpridas item por item e família por família, sem deixar nenhum ponto cego.

Enfatizei em várias ocasiões que precisamos manter o padrão vigente sobre a erradicação da pobreza sem elevá-lo nem baixá-lo. Garantir o acesso à educação obrigatória é importante para que as crianças em idade escolar das famílias pobres não abandonem a escola nem percam o estudo; garantir o acesso aos serviços médicos básicos significa que toda a população pobre estará coberta pelo sistema de seguro médico, assegurando que ela tenha acesso não só ao tratamento médico como também ao tratamento economicamente viável, em caso de doenças comuns e crônicas, e que possa levar uma vida com um nível razoável, mesmo quando padecer de alguma doença grave ou muito séria; garantir habitação segura objetiva livrar a população pobre de casas degradadas; e garantir a segurança no uso da água visa fornecer a toda a população rural a água potável, acabando com o problema neste aspecto através de uma abordagem coordenada. São estes os requerimentos nacionais básicos, mas as condições diferem de região para região. Por exemplo, ao garantir acesso à habitação segura, é preciso dar atenção à ventilação nas casas no Sul, enquanto no Norte, a atenção deve ser dada a manter o ambiente interno aquecido; na questão sobre a segurança do abastecimento de água potável, a região noroeste deve dar ênfase à solução do problema de acesso à água potável, enquanto a região sudoeste deve se concentrar na solução de problemas relacionados com armazenamento, abastecimento e qualidade da água. Na prática, as diversas localidades devem levar em consideração as próprias realidades em vez de impor um padrão uniforme para todos os casos.

Na solução dos problemas relevantes de garantia dos "três acessos", os governos locais têm realizado diversas experiências, mas algumas localidades elevaram o padrão de alívio da pobreza consciente ou inconscientemente. Essas regiões devem corrigir o padrão que está acima do nacional, e as regiões que mantêm inalterado o padrão nacional devem manter tal estabilidade e a continuidade de tal política,

evitando alterações frequentes como se virassem pasteis a toda hora.

Conhecer bem a situação real constitui a base da solução dos problemas relacionados às “duas garantias e três acessos”. Em algumas localidades, as autoridades locais ainda não têm uma noção clara sobre a situação das regiões sob sua jurisdição. Isso é inaceitável. Os departamentos centrais concernentes devem orientar os governos locais neste aspecto, garantindo que os trabalhos sejam bem direcionados. Também devem reforçar o trabalho em relação à uniformidade das estatísticas, evitando o fenômeno de que órgãos diferentes apresentam dados estatísticos diferentes. Os departamentos competentes de setores específicos devem assumir a liderança na elaboração de planos, e as autoridades das províncias, regiões autônomas e municípios diretamente subordinados ao governo central devem fazer seus planos de implementação, definir o próprio cronograma e o mapa de rota, assim como adotar medidas e métodos eficazes, para assegurar a conclusão das tarefas dentro do prazo.

Temos políticas adequadas e recursos financeiros suficientes para resolver os problemas que dizem respeito aos “três acessos”. A chave consiste sempre na implementação das tarefas. Devemos intensificar ainda mais o trabalho, focar mais nos problemas relevantes, verificar as lacunas e sanar as deficiências aldeia por aldeia, família por família e item por item. Precisamos divulgar bem as políticas e os padrões para construir consensos e garantir uma compreensão exata dos diversos setores sociais sobre as nossas políticas.

NOTA

¹ Referem-se às famílias carentes cadastradas, famílias com direito à ajuda de subsistência, residentes rurais com alto grau de empobrecimento atendidos em casa com apoio do governo e famílias empobrecidas que têm em casa membros portadores de deficiências.